



Questionário de avaliação da adequação e idoneidade atualizado – Modelo do BCE

As entidades supervisionadas e as pessoas nomeadas podem utilizar o questionário nacional pertinente, disponível no portal do sistema de gestão de informação (*Information Management System – IMAS*). Siga as hiperligações para o portal no sítio do Banco de Portugal¹ e no sítio do Banco Central Europeu (BCE) dedicado à supervisão bancária.

Questionário de avaliação da adequação e idoneidade – Modelo do BCE

O presente documento do BCE foi adotado pelo Conselho de Supervisão do BCE em 25 de novembro de 2021 como modelo a utilizar pelas autoridades nacionais competentes (ANC). Solicita-se a estas que apliquem o questionário, utilizando o conteúdo e a configuração do modelo, incluindo também as especificidades nacionais acordadas e tendo em consideração as instruções técnicas de execução que serão fornecidas. Este modelo deve ser utilizado como um guia sobre a informação que o BCE e as ANC esperam receber para avaliar a adequação e idoneidade das pessoas nomeadas.

O questionário deve ser lido em conjugação com o artigo 91.º da diretiva em matéria de requisitos de fundos próprios (*Capital Requirements Directive – CRD*)², as orientações pertinentes da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority – EBA*) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (*European Securities and Markets Authority – ESMA*), a legislação de proteção de dados relevante e a legislação nacional aplicável. A pessoa nomeada e a entidade supervisionada são corresponsáveis por prestar ao BCE e à ANC informações completas e rigorosas sobre a proposta de nomeação. A prestação de informações incorretas ou incompletas causa atrasos na avaliação e pode impossibilitar uma decisão positiva. Além disso, tanto a pessoa nomeada como a entidade supervisionada têm a responsabilidade de divulgar à ANC todos os elementos que possam ser relevantes para a avaliação. Devem agir com sinceridade e veracidade e fornecer respostas completas e exatas a todas as perguntas. Em caso de dúvidas sobre a forma de responder a alguma parte do questionário, deve ser fornecido o máximo de informações possível nas caixas de texto disponibilizadas. Não devem, porém, ser apresentados ou divulgados quaisquer outros dados pessoais para além

¹ Sítio do Banco de Portugal:
<https://www.bportugal.pt/page/submissao-de-pedidos-de-autorizacao-para-o-exercicio-de-funcoes>

² Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE (JO L 176 de 27.6.2013, p. 338).

dos exigidos no contexto do presente questionário, em especial quaisquer dados relacionados com as “categorias especiais de dados pessoais” (nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) 2018/1725). Esses dados não são necessários para a avaliação da adequação e idoneidade³.

³ Por exemplo: origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical ou dados relativos à saúde ou à vida ou orientação sexual de uma pessoa. Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Declaração da pessoa nomeada

Esta declaração diz respeito a um pedido ou a uma notificação, a apresentar no âmbito de uma nomeação como *campo de texto para o cargo*, em conformidade com a legislação nacional aplicável. Será analisada pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu (BCE).

A pessoa abaixo assinada:

- confirma que as informações prestadas no presente questionário e nos anexos que o acompanham são exatas e completas, tanto quanto é do seu conhecimento;
- confirma que notificará de imediato o Banco de Portugal quando se verificar uma alteração relevante⁴ nas informações prestadas;
- autoriza o BCE e o Banco de Portugal a realizar as investigações e a solicitar as informações complementares necessárias, em conformidade com a legislação europeia e nacional, a fim de identificar e verificar as informações consideradas relevantes para a avaliação da adequação e idoneidade;
- confirma que tem conhecimento das responsabilidades que lhe são impostas pela legislação europeia e nacional e pelas normas internacionais, incluindo regulamentação, códigos de boas práticas, notas de orientação, orientações, bem como por quaisquer outras regras ou instruções emitidas pelo Banco de Portugal ou pelo BCE e pela Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority – EBA*) e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (*European Securities and Markets Authority – ESMA*), que sejam pertinentes para o cargo relativamente ao qual se solicita uma avaliação positiva; e confirma também o seu propósito de cumprir continuamente tais responsabilidades;
- declara que tem conhecimento do tratamento e armazenamento de dados pessoais em conformidade com a regulamentação em matéria de proteção de dados aplicável e com a [declaração de privacidade do BCE](#) e do Banco de Portugal;
- declara que tem conhecimento de que a prestação de informações falsas ou incompletas pode constituir fundamento para recusa ou revogação da autorização de exercício do cargo, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções penais e/ou contraordenacionais.

Nome:

Assinatura:

Data:

⁴ Considera-se relevante qualquer alteração suscetível de afetar a adequação e idoneidade da pessoa nomeada.

Declaração da entidade supervisionada

Esta declaração diz respeito a um pedido ou a uma notificação, a apresentar no âmbito de uma nomeação como *campo de texto para o cargo*, em conformidade com a legislação nacional aplicável. Será analisada pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu (BCE).

A pessoa abaixo assinada:

- confirma que as informações prestadas no presente questionário e nos anexos que o acompanham são exatas e completas, tanto quanto é do seu conhecimento;
- confirma que notificará de imediato o Banco de Portugal quando se verificar uma alteração relevante nas informações prestadas;
- confirma que a entidade supervisionada exigiu as informações, o mais completas e atualizadas possível, necessárias para avaliar a adequação e idoneidade da pessoa nomeada [em conformidade com as disposições regulamentares e/ou estatutárias aplicáveis, etc.] e que essas informações foram devidamente consideradas na avaliação da adequação e idoneidade da pessoa nomeada;
- confirma que a descrição do cargo para o qual se solicita uma avaliação positiva reflete de forma precisa os aspetos da atividade da entidade supervisionada pelos quais se pretende que a pessoa nomeada seja responsável;
- confirma que a entidade está convicta, com base na devida e diligente investigação das informações prestadas pela pessoa nomeada e por referência aos critérios de adequação e idoneidade estabelecidos na legislação nacional e europeia, nas normas internacionais, incluindo regulamentação, códigos de boas práticas, notas de orientação, orientações, bem como em quaisquer outras regras ou instruções emitidas pelo Banco de Portugal ou pelo BCE e pela Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority – EBA*) e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (*European Securities and Markets Authority – ESMA*), de que a pessoa nomeada é adequada e idónea para desempenhar o cargo descrito no presente questionário;
- confirma que a entidade supervisionada informou a pessoa nomeada sobre as responsabilidades legais e regulamentares associadas ao cargo descrito no presente questionário;
- confirma que os documentos apresentados em anexo são cópias dos documentos originalmente fornecidos pela entidade supervisionada ou pela pessoa nomeada que se conservam nos arquivos da entidade supervisionada;
- confirma que possui poderes para apresentar esta notificação/este pedido, prestar declarações e assinar o presente questionário em nome da entidade supervisionada;

declara que tem conhecimento do tratamento e armazenamento de dados pessoais em conformidade com a regulamentação em matéria de proteção de dados aplicável e com a [declaração de privacidade do BCE](#) e do Banco de Portugal.

Designação da entidade supervisionada:

Nome(s) do(s) signatário(s):

Cargo(s) na entidade supervisionada:

Assinatura(s):

Data:

Identificação da entidade supervisionada e da pessoa nomeada

Informações sobre a entidade supervisionada

Designação da entidade supervisionada	Texto livre
Código identificador de entidade jurídica	Texto livre
Código nacional da empresa	Texto livre
A entidade supervisionada é uma "instituição significativa na aceção da CRD" ⁵ em conformidade com a legislação nacional ⁶ ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não aplicável
Estrutura de governo da entidade supervisionada ⁷	<input type="checkbox"/> Estrutura monista <input type="checkbox"/> Estrutura dualista <input type="checkbox"/> Outra estrutura
Se tiver selecionado "Outra estrutura", especifique.	Texto livre
Pessoa de contacto na entidade supervisionada (nome/correio eletrónico/número de telefone)	Texto livre

⁵ Ver a secção 3.4.1 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

⁶ [Se aplicável] Nos termos do artigo XX.º da [lei nacional].

⁷ Estrutura monista, no caso de entidades supervisionadas em que um único órgão de administração exerce as funções de gestão e de fiscalização. Estrutura dualista, no caso de entidades supervisionadas em que as várias funções são exercidas por órgãos distintos (por exemplo, um órgão de administração na sua função de gestão responsável pela função executiva (de gestão) e um órgão de administração na sua função de fiscalização). Algumas entidades supervisionadas poderão também ter estruturas de governo híbridas.

Informações sobre a pessoa nomeada

A

Nome

Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro
Apelido	Texto livre
Nome próprio	Texto livre
Nome(s) intermédio(s)	Texto livre
Teve ou utilizou outros nomes anteriormente?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem, especificando todos os nomes alguma vez utilizados (por exemplo, apelido de nascimento, outros nomes legais, pseudónimos).

Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro
Apelido	Texto livre
Nome próprio	Texto livre
Nome(s) intermédio(s)	Texto livre
Data da mudança de nome	(AAAA-MM)

B

Residência atual

Morada	Texto livre
Código postal e localidade	Texto livre
País	Texto livre
Data de início da residência nesta morada:	(AAAA-MM)
Residiu em algum país que não o seu país de residência atual em algum momento nos últimos cinco anos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se tiver selecionado "Sim", especifique o(s) país(es) e o(s) período(s).	Texto livre

C**Outras informações sobre a pessoa nomeada**

Data de nascimento	(AAAA-MM-DD)
Local de nascimento	Texto livre
País	Texto livre
Nacionalidade(s)	Texto livre
Número de documento de identificação ou de passaporte válido	Texto livre
País emissor	Texto livre
Data de validade	(AAAA-MM-DD)
Número de telefone de contacto (incluindo código do país)	Texto livre
Endereço de correio eletrónico	Texto livre

D**Anteriores avaliações por autoridades de supervisão**

Alguma vez foi objeto de uma avaliação por qualquer autoridade de supervisão do setor financeiro (incluindo avaliações para o exercício de cargos no estrangeiro⁸)?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os seguintes pormenores sobre as avaliações prudenciais de que a pessoa nomeada tenha sido objeto no setor financeiro nos últimos cinco anos, realizadas por qualquer autoridade de supervisão do setor financeiro.

Autoridade competente envolvida	Instituição envolvida	Cargo em causa
Texto livre	Texto livre	Texto livre
Data de início de funções	Data de cessação de funções	Data da decisão (se não aplicável, data do pedido de avaliação)
(AAAA-MM)	(AAAA-MM)	(AAAA-MM-DD)

Se alguma avaliação anterior tiver resultado numa decisão negativa, numa revogação de autorização ou numa avaliação positiva, mas com condições, recomendações ou obrigações, explique as razões.

Texto livre

⁸ A expressão "no estrangeiro" significa em qualquer território situado fora do âmbito de competência do BCE ou da ANC do país da entidade supervisionada para a qual é a nomeação.

Cargo para o qual o questionário é apresentado

Informações sobre o cargo para o qual o questionário é apresentado	
Indique a designação do cargo exercido (ou a exercer). Texto livre	
Indique se é um cargo executivo ou não executivo ⁹ ou como titular de função essencial ou gerente de sucursal.	<input type="checkbox"/> Executivo <input type="checkbox"/> Não executivo <input type="checkbox"/> Titular de função essencial <input type="checkbox"/> Gerente de sucursal
Selecione o(s) cargo(s) específico(s)	<input type="checkbox"/> Presidente do conselho fiscal <input type="checkbox"/> Vice-presidente do conselho fiscal <input type="checkbox"/> Vogal do conselho fiscal <input type="checkbox"/> Membro independente do conselho fiscal <input type="checkbox"/> Presidente do conselho de administração <input type="checkbox"/> Vice-presidente do conselho de administração <input type="checkbox"/> Vogal do conselho de administração <input type="checkbox"/> Membro independente do conselho de administração <input type="checkbox"/> Presidente do órgão de administração na sua função de fiscalização <input type="checkbox"/> Presidente do órgão de administração na sua função executiva <input type="checkbox"/> Vice-presidente do órgão de administração na sua função de fiscalização <input type="checkbox"/> Vice-presidente do órgão de administração na sua função executiva <input type="checkbox"/> Vogal do órgão de administração na sua função de fiscalização <input type="checkbox"/> Vogal do órgão de administração na sua função executiva <input type="checkbox"/> Diretor executivo (<i>Chief Executive Officer – CEO</i>) <input type="checkbox"/> Vice-diretor executivo <input type="checkbox"/> Administrador geral <input type="checkbox"/> Administrador executivo <input type="checkbox"/> Diretor-geral <input type="checkbox"/> Diretor financeiro (<i>Chief Financial Officer – CFO</i>) <input type="checkbox"/> Diretor de riscos (<i>Chief Risk Officer – CRO</i>) <input type="checkbox"/> Diretor de riscos financeiros (<i>Chief Financial Risk Officer – CFRO</i>) <input type="checkbox"/> Diretor de informática (<i>Chief Information Officer – CIO</i>) <input type="checkbox"/> Diretor de operações (<i>Chief Operating Officer – COO</i>) <input type="checkbox"/> Presidente da comissão de riscos <input type="checkbox"/> Vogal da comissão de riscos <input type="checkbox"/> Presidente da comissão de remuneração <input type="checkbox"/> Vogal da comissão de remuneração <input type="checkbox"/> Presidente da comissão de nomeação <input type="checkbox"/> Vogal da comissão nomeação <input type="checkbox"/> Presidente da comissão de auditoria <input type="checkbox"/> Vogal da comissão de auditoria <input type="checkbox"/> Responsável pela função de gestão do risco <input type="checkbox"/> Responsável pela função de verificação do cumprimento <input type="checkbox"/> Responsável pela função de auditoria <input type="checkbox"/> Revisor oficial de contas <input type="checkbox"/> Procurador
Forneça uma descrição pormenorizada dos deveres, responsabilidades e linhas de reporte hierárquico do cargo. Especifique que outros cargos, se for o caso, a pessoa nomeada exercerá na entidade supervisionada. Texto livre	

⁹ Ver as definições fornecidas na secção 2, ponto 15, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

Especifique se a pessoa nomeada será qualificada como membro independente ¹⁰ do órgão de administração na sua função de fiscalização.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não aplicável
O pedido prende-se com uma recondução?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pormenores adicionais sobre a data (prevista) de início e a duração do mandato ¹¹	
Data (prevista) de adoção da decisão formal de nomeação pelo órgão de governação competente da entidade supervisionada	(AAAA-MM-DD)
Data (prevista) de início de funções	(AAAA-MM-DD)
Data (prevista) de cessação de funções	(AAAA-MM) Se o mês exato não for conhecido, forneça um mês indicativo na caixa de texto livre abaixo e refira também o evento específico ainda não calendarizado (por exemplo, aprovação das demonstrações financeiras para o exercício de AAAA). Texto livre
A pessoa nomeada substitui outra pessoa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se tiver selecionado "Sim", indique o nome da pessoa substituída e os motivos da substituição. Texto livre	
O pedido, ou a notificação, está a ser apresentado dentro do prazo previsto na "legislação nacional" ¹² ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não aplicável
Se tiver selecionado "Não", indique os motivos. Texto livre	

3

Experiência

A Formação académica				
Diploma ou certificado oficial	Nível de habilitações académicas	Área de estudo	Data de emissão	Estabelecimento de ensino (por exemplo, universidade, centro de estudos, etc.)
Texto livre	<input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento <input type="checkbox"/> Certificado <input type="checkbox"/> Outro	Texto livre	(AAAA-MM)	Texto livre

¹⁰ [Se aplicável] Nos termos do artigo XX.º da [lei nacional].

¹¹ Forneça uma data indicativa, se não existir uma data certa.

¹² [Se aplicável] Nos termos do artigo XX.º da [lei nacional].

B**Experiência prática relacionada com a banca e/ou o setor financeiro adquirida nos últimos dez anos**

Cargo	Principais responsabilidades	Grau de senioridade do cargo¹³/nível hierárquico	Designação da entidade (indique a natureza da atividade da entidade e/ou o tipo de licença)
Texto livre	Texto livre	<input type="checkbox"/> Nível superior <input type="checkbox"/> Nível elevado <input type="checkbox"/> Outro cargo de gestão <input type="checkbox"/> Outro	Texto livre
Número aproximado de subordinados no domínio de responsabilidade da pessoa nomeada	Áreas de atuação	Cargo exercido desde	Cargo exercido até
Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM)	(AAAA-MM)

C**Outra experiência relevante adquirida fora da banca e/ou do setor financeiro (por exemplo, cargos académicos, mandatos políticos, outros mandatos não comerciais, outra experiência especializada)**

Cargo	Principais responsabilidades	Grau de senioridade do cargo/nível hierárquico	Designação da entidade (indique a natureza da atividade da entidade e/ou o tipo de licença)
Texto livre	Texto livre	Texto livre	Texto livre
Número aproximado de subordinados no domínio de responsabilidade da pessoa nomeada	Áreas de atuação	Cargo exercido desde	Cargo exercido até
Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM)	(AAAA-MM)

¹³ Ver os quadros 1 e 2 da secção 3.1.3.2 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

D

Presunção de experiência suficiente

A pessoa nomeada cumpre os limiares para a presunção de experiência suficiente indicados nos quadros 1 e 2 da secção 3.1.3.2 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*?

Sim

Não

Se selecionou "Não", indique no campo de texto livre abaixo quaisquer potenciais fatores complementares (ou compensatórios), conforme enunciado no *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

Texto livre

E

Avaliação do nível de experiência bancária

Experiência bancária em geral, incluindo, entre outros, nos domínios indicados nas Orientações EBA/GL/2017/12 ¹⁴	Avaliação pela pessoa nomeada do nível de experiência (elevado, médio, baixo)	Justificação da resposta
Banca e mercados financeiros	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Requisitos legais e enquadramento regulamentar	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Planeamento estratégico e conhecimentos sobre a estratégia comercial ou o plano de negócios de uma instituição de crédito e a execução dos mesmos	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Gestão do risco (identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação dos principais tipos de riscos de uma instituição de crédito)	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Conhecimentos e experiência no domínio dos riscos climáticos e ambientais	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Contabilidade e auditoria	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre
Avaliação da eficácia dos mecanismos de uma instituição de crédito para assegurar procedimentos eficazes de governação, fiscalização e controlo	<input type="checkbox"/> Elevada <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixa	Texto livre
Interpretação da informação financeira de uma instituição de crédito, identificação das principais questões, com base nesses dados, e dos controlos e medidas apropriados	<input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	Texto livre

¹⁴ Orientações conjuntas da ESMA e da EBA sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais ao abrigo da Diretiva 2013/36/UE e da Diretiva 2014/65/UE – Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

F

Formação relevante nos últimos cinco anos

A pessoa nomeada recebeu algum tipo de formação pertinente nos últimos cinco anos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	--

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores sobre a formação.

Conteúdo da formação	Duração (horas)	Ano de conclusão
Texto livre	Texto livre	(AAAA)

G

Formação antes do início de funções ou durante o primeiro ano de exercício do cargo

A pessoa nomeada receberá formação antes do início de funções ou durante o primeiro ano de exercício do cargo ¹⁵ ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
---	--

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores sobre a formação.

Conteúdo da formação	Prestador da formação (especifique se o prestador é interno ou externo e indique os nomes das organizações externas)	Duração (horas)	Se a formação ocorrer mais de seis meses após a autorização, indique as datas de início e de termo.
<input type="checkbox"/> Banca e mercados financeiros <input type="checkbox"/> Requisitos legais e enquadramento regulamentar <input type="checkbox"/> Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo <input type="checkbox"/> Planeamento estratégico e conhecimentos sobre a estratégia comercial ou o plano de negócios de uma instituição de crédito e a execução dos mesmos <input type="checkbox"/> Gestão do risco (identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação dos principais tipos de riscos de uma instituição de crédito) <input type="checkbox"/> Conhecimentos e experiência no domínio dos riscos climáticos e ambientais <input type="checkbox"/> Contabilidade e auditoria <input type="checkbox"/> Avaliação da eficácia dos mecanismos de uma instituição de crédito para assegurar procedimentos eficazes de governação, fiscalização e controlo <input type="checkbox"/> Interpretação da informação financeira de uma instituição de crédito, identificação das principais questões, com base nesses dados, e dos controlos e medidas apropriados <input type="checkbox"/> Outro Neste caso, especifique o conteúdo da formação na linha abaixo.	Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM) – (AAAA-MM)
Texto livre	Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM) – (AAAA-MM)

¹⁵ A resposta a esta questão será considerada como confirmação pela entidade supervisionada de que o programa de formação decorrerá da forma indicada.

Idoneidade

IMPORTANTE: a secção 4 prende-se com a própria pessoa nomeada e refere-se também a todas as entidades empresariais, sociedades de pessoas ou entidades sem personalidade jurídica própria às quais a pessoa nomeada está ou esteve associada como membro do órgão de administração¹⁶, titular de uma função essencial, diretor de topo, proprietário, sócio, associado ou acionista qualificado. Devem ser prestadas informações apenas sobre alegadas infrações ocorridas no período em que a pessoa nomeada esteve associada à entidade.

As respostas às perguntas que se seguem devem incluir situações que tenham ocorrido em países não pertencentes à União Europeia.

A	
<p>É ou foi objeto de algum processo criminal¹⁷ ou de processos de contraordenação ou cíveis relevantes¹⁸ (incluindo processos que se encontrem pendentes, concluídos ou em fase de recurso)? Esta pergunta abrange investigações, procedimentos sancionatórios ou medidas adotadas ou impostas por autoridades públicas, autoridades de supervisão ou organismos profissionais (tais como advertências, repreensões, etc.) de qualquer jurisdição.</p>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.</p>	
<p>Tipo de processo</p>	<input type="checkbox"/> Criminal <input type="checkbox"/> Contraordenacional <input type="checkbox"/> Cível <input type="checkbox"/> Outro
<p>Se tiver selecionado "Outro", especifique.</p>	
<p>Fase do processo</p>	<input type="checkbox"/> Pendente <input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Objeto de recurso
<p>Forneça uma breve descrição da acusação, natureza da alegada infração (por exemplo, dolosa ou negligente, etc.) e indique a fase em que se encontra o processo.</p>	
<p>Texto livre</p>	
<p>Autoridade encarregada do processo e número de referência do processo (se disponível)</p>	
<p>Texto livre</p>	
<p>O processo está relacionado consigo pessoalmente ou está relacionado com uma entidade à qual esteja ou tenha estado associado(da)?</p>	<input type="checkbox"/> Sim, está relacionado comigo pessoalmente <input type="checkbox"/> Sim, está relacionado com uma entidade à qual estou ou estive associado(da) <input type="checkbox"/> Não

¹⁶ "Membro do órgão de administração" inclui também o cargo de membro do conselho de auditoria.

¹⁷ Condenações que tenham sido apagadas do registo criminal não devem ser indicadas. Condenações que não tenham sido apagadas devem ser divulgadas independentemente do tempo decorrido desde os factos subjacentes.

¹⁸ Processos cíveis ou de contraordenação relevantes incluem (mas não se limitam a) processos nos domínios da banca, da atividade de seguros, dos serviços de investimento, dos mercados de valores mobiliários, dos instrumentos de pagamento, do branqueamento de capitais, das pensões, da gestão de ativos ou de qualquer setor financeiro regulamentado, nomeadamente qualquer notificação formal de investigação ou envio a julgamento, ações disciplinares pendentes ou processos pendentes de falência, insolvência ou similares, ou violação do direito da concorrência. Em todo o caso, a informação sobre processos cíveis ou de contraordenação tem de incluir processos que sejam relevantes para os cinco critérios de avaliação da adequação e idoneidade, em conformidade com a legislação nacional que transpõe a CRD. Para mais informação sobre o que deve ser considerado pertinente, consulte a secção 3.2 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

No caso de alegada infração, processo, investigação ou sanção que o/a envolva a si diretamente:

i. Especifique as circunstâncias e os motivos para o seu envolvimento direto.

Texto livre

ii. Especifique que medidas tomou para prevenir e/ou evitar a alegada infração.

Texto livre

iii. Poderia ter feito mais para evitar a alegada infração e retirou ensinamentos da mesma?

Texto livre

No caso de alegada infração, processo, investigação ou sanção que envolva entidades nas quais desempenha ou desempenhou funções:

i. Especifique o nome da entidade envolvida.

Texto livre

ii. Especifique as suas funções na entidade envolvida e se é ou foi responsável por um departamento ou linha de negócio a que o processo (incluindo as sanções ou medidas impostas) diga respeito.

Texto livre

iii. Era membro do órgão de administração, titular de funções essenciais ou diretor de topo à data da alegada infração?

Texto livre

iv. Tendo em conta as funções que desempenhava na entidade, que medidas tomou para prevenir e/ou evitar a alegada infração?

Texto livre

v. Poderia ter feito mais para evitar a alegada infração e retirou ensinamentos da mesma?

Texto livre

Data e/ou período da alegada infração

(AAAA-MM)

Data em que foi proferida a sentença ou o despacho ou foi feita a constatação (se aplicável)

(AAAA-MM-DD)

Resumo da fundamentação da sentença, do despacho ou da constatação

Texto livre

Sanção, coima ou pena aplicada (ou provável, se vier a ser condenado/da, no caso de processos pendentes)

Texto livre

Indique as sanções (em particular, limites mínimos e máximos) que potencialmente podem ser ou poderiam ter sido aplicadas.

Texto livre

Os processos foram resolvidos por acordo (incluindo por acordo extrajudicial)?

Sim

Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça dados pormenorizados (incluindo as partes no acordo, a data, os montantes objeto de acordo e outras informações pertinentes).

Texto livre

Forneça dados pormenorizados sobre a sua conduta subsequente, incluindo os ensinamentos que retirou e as medidas corretivas adotadas.

Texto livre

Descreva quaisquer outros fatores atenuantes ou agravantes, baseando-se para o efeito no *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*¹⁹.

Texto livre

Alguns dos processos atrás indicados implicou a aplicação de mecanismos de reversão (*clawback*)?

Sim

Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

¹⁹ A título de exemplo, os fatores atenuantes poderão incluir i) o tempo decorrido desde a alegada infração, ii) a inexistência de novas investigações ou processos, iii) o não despedimento ou a não demissão de cargo de confiança.

B

Está ou esteve pessoalmente sujeito/ta a qualquer decisão disciplinar²⁰ (incluindo inibição de exercer o cargo de membro de um órgão de administração ou destituição de um cargo de confiança)?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

i. Razão para a decisão disciplinar

Texto livre

ii. Data ou período da alegada infração

Texto livre

iii. Recorreu da decisão disciplinar?

Texto livre

iv. Se aplicável, forneça os dados da entidade envolvida na decisão.

Texto livre

v. Eventuais fatores atenuantes ou agravantes

Texto livre

C

É ou foi objeto de processos de falência, insolvência ou similares?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

i. Tempo decorrido desde a data da decisão (se aplicável)

Texto livre

ii. Fase ou (se já não em curso) resultado do processo (se este estiver concluído, indique se foi considerado que houve dolo ou negligência)

Texto livre

iii. Medidas cautelares ou de penhora

Texto livre

iv. O processo foi desencadeado por si ou pela entidade em causa?

Texto livre

v. Se aplicável, forneça os dados da entidade envolvida no processo.

Texto livre

vi. Pormenores sobre o seu envolvimento pessoal, em especial se foi declarado/da responsável pela insolvência da entidade

Texto livre

vi. Eventuais fatores atenuantes ou agravantes

Texto livre

²⁰ Por exemplo, no contexto de uma atividade profissional ou emprego.

D

Alguma instituição financeira na qual desempenha ou desempenhou uma função de gestão, ou cuja administração influencia ou influenciou significativamente de qualquer outra forma, foi objeto de resgate ou de um procedimento de reestruturação, recuperação ou resolução?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

E

Tanto quanto é do seu conhecimento, alguma vez foi incluído/da pessoalmente numa lista de devedores duvidosos ou tem um registo negativo numa lista elaborada por uma agência de classificação de crédito reconhecida ou consta de uma dessas listas como tendo sido objeto de uma medida de execução de dívida?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

F

Já foi objeto de recusa de registo, autorização, admissão ou licença para exercer uma atividade comercial, empresarial ou profissional, ou de revogação, retirada ou cessação de tal registo, autorização, admissão ou licença? Esta pergunta refere-se também a anteriores avaliações da adequação por outras autoridades competentes (incluindo no estrangeiro²¹).

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

G

Para além dos casos já mencionados nas suas respostas, esteve direta ou indiretamente envolvido/da em alguma situação que tenha suscitado preocupações ou suspeitas de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

²¹ A expressão "no estrangeiro" significa qualquer território situado fora do âmbito de competência do BCE ou da ANC do país da entidade supervisionada para a qual é a nomeação.

H

Pessoalmente, alguma vez não divulgou de forma adequada quaisquer informações sobre as quais a autoridade de supervisão esperasse razoavelmente ser notificada?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.

Texto livre

I

A preencher pela entidade supervisionada – Se a resposta a qualquer das perguntas que precedem tiver sido "Sim", avalie a idoneidade da pessoa nomeada tendo em conta os factos relevantes e declarando expressamente os motivos pelos quais se considera que tais factos não afetam a adequação da pessoa.

Texto livre

5

Conflitos de interesses

IMPORTANTE: a secção 5 prende-se com a própria pessoa nomeada, mas também com pessoas próximas da mesma (cônjuge, pessoa com quem viva em união de facto, pessoa com quem viva em economia comum, descendente, ascendente ou outros membros do agregado familiar), bem como qualquer pessoa coletiva em que a pessoa nomeada é ou tenha sido membro do órgão de administração ou acionista qualificado, na altura em causa.

A	
<p>Tem uma relação pessoal estreita com alguma das seguintes pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Outros membros do órgão de administração e/ou titulares de funções essenciais da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais destas – Acionistas qualificados da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais destas – Clientes, fornecedores ou concorrentes da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais da entidade supervisionada 	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Se tiver selecionado "Sim", forneça pormenores.</p> <p>Texto livre</p>	

B	
<p>É atualmente parte, direta ou indiretamente, em processos judiciais ou litígios extrajudiciais²² contra a entidade supervisionada, a empresa-mãe ou filiais destas?</p>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.</p>	
<p>i. O conteúdo e a fase dos processos em questão</p> <p>Texto livre</p>	
<p>ii. Entidade(s) parte(s) nesses processos</p> <p>Texto livre</p>	

²² Incluem-se procedimentos alternativos de resolução de litígios facultados por organismos extrajudiciais neutros, designadamente conciliadores, mediadores e árbitros, e sistemas de reclamação extrajudicial.

C

A título pessoal ou como membro de um órgão de administração, mantém atualmente, ou manteve durante os últimos dois anos, alguma relação empresarial, profissional²³ ou comercial com alguma das seguintes entidades?

– Entidade supervisionada, empresa-mãe ou filiais destas

– Clientes, fornecedores ou concorrentes da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais da entidade supervisionada

- Sim
- Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

Nome da entidade	Principais atividades da entidade	Tipo de relação com a entidade	Data de início e (se aplicável) de termo da relação
Texto livre	Texto livre	Texto livre	Texto livre
Pagamentos anuais efetuados pelo pagador (em milhares de euros)	Pagamentos anuais efetuados pelo pagador, expressos em percentagem das receitas brutas (consolidadas) do pagador	Pagamentos anuais recebidos pelo beneficiário, expressos em percentagem das receitas brutas (consolidadas) do beneficiário	
Texto livre	Texto livre	Texto livre	

D

Está sujeito/ta a um período de limitação do exercício da atividade (ao abrigo de um acordo ou por força da lei)?

- Sim
- Não

²³ Como o desempenho de cargo(s) de gestão, incluindo de direção de topo.

E

Está vinculado/a por obrigações financeiras para com a entidade supervisionada, a empresa-mãe ou filiais destas, que, cumulativamente, excedam 200 000 euros (excluindo empréstimos hipotecários privados²⁴), ou contraiu empréstimos de qualquer valor não negociados em condições de plena concorrência ou não produtivos²⁵ (incluindo empréstimos hipotecários)?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

Nome do devedor (se não se tratar da pessoa nomeada, indique a relação com esta)	Nome da entidade	Natureza da obrigação (por exemplo, empréstimo hipotecário, empréstimo pessoal, linha de crédito)	Montante da obrigação (especifique o montante concedido e utilizado) (em milhões de euros)	Garantia (se existir) (tipo e montante)
Texto livre	Texto livre	Texto livre	Texto livre	Texto livre
Situação da obrigação (por exemplo, produtiva, não produtiva)	Condições da obrigação	Data de início da obrigação	Valor da obrigação, expresso em percentagem do total dos empréstimos ao devedor	Valor da obrigação, expresso em percentagem do total do capital elegível ²⁶ da entidade supervisionada
<input type="checkbox"/> Produtiva <input type="checkbox"/> Não produtiva	<input type="checkbox"/> Condições do mercado <input type="checkbox"/> Negociada em condições de plena concorrência <input type="checkbox"/> Condições especiais <input type="checkbox"/> Apoiada por acordos de negociação coletiva <input type="checkbox"/> Contrato com condições normalizadas e aplicadas conjunta e regularmente a um grande número de clientes <input type="checkbox"/> Outra	(AAAA-MM)	Texto livre	Texto livre

²⁴ Se não forem de natureza comercial/para investimento, os empréstimos hipotecários privados – qualquer que seja o seu valor – não necessitam de ser divulgados (caso sejam produtivos, negociados em condições de plena concorrência e não contrários às regras internas de aprovação de crédito). Além disso, todos os empréstimos pessoais (por exemplo, cartões de crédito, descobertos bancários e crédito automóvel) concedidos à pessoa nomeada pela entidade supervisionada (se produtivos, negociados em condições de plena concorrência e não contrários às regras internas de aprovação de crédito) não necessitam de ser divulgados, desde que, cumulativamente, sejam inferiores ao limiar de 200 000 euros. Note-se que tais empréstimos hipotecários ou pessoais devem ser divulgados se forem, ou seja provável que passem a ser, não produtivos por qualquer motivo.

²⁵ Ou sujeitos a medidas de diferimento/reestruturação (*forbearance*).

²⁶ Tal como definido no Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (JO L 176 de 27.6.2013, p. 1).

F

Tem algum interesse financeiro (tal como participação social ou investimento)²⁷ em alguma das seguintes entidades?
 – Entidade supervisionada, empresa-mãe ou filiais destas
 – Clientes, fornecedores ou concorrentes da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais da entidade supervisionada

Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

Nome da entidade	Principais atividades da entidade	Tipo de relação entre a entidade em causa e a entidade supervisionada	Data de início do interesse financeiro	Dimensão do interesse financeiro (expressa em percentagem do capital social e dos direitos de voto da entidade ou valor do investimento)
Texto livre	Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM-DD)	Texto livre

G

Representa, de algum modo, um acionista da entidade supervisionada, da empresa-mãe ou de filiais destas?

Sim
 Não
 Não aplicável

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

i. Nome do acionista

Texto livre

ii. Dimensão da participação (em percentagem do capital social e dos direitos de voto)

Texto livre

iii. Natureza da representação

Texto livre

H

Desempenha, ou desempenhou nos últimos dois anos, um cargo de elevada influência política (a nível internacional, nacional ou local)?

Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

i. Natureza do cargo

Texto livre

ii. Funções e responsabilidades específicas do cargo

Texto livre

iii. Relação entre o cargo (ou a entidade em que foi exercido) e a entidade supervisionada, a empresa-mãe ou filiais destas

Texto livre

²⁷ Não é necessário divulgar participações acionistas inferiores a 1% ou outros investimentos de valor equivalente.

I

Tem qualquer relação, cargo ou envolvimento não abrangido pelas perguntas anteriores suscetível de afetar os interesses da entidade supervisionada?

- Sim
 Não

Se tiver selecionado "Sim", forneça os dados que se seguem.

i. Natureza e conteúdo da relação, do cargo ou do envolvimento

Texto livre

ii. i. Data de início da relação, do cargo ou do envolvimento

Texto livre

iii. De que forma tal relação, cargo ou envolvimento pode afetar a sua nomeação

Texto livre

J

A preencher pela entidade supervisionada – Se a resposta a qualquer uma das perguntas anteriores for "Sim", avalie a materialidade do potencial conflito de interesses (se este não for considerado material, justifique) e indique como é proposto que seja mitigado e gerido.

Para avaliar a materialidade do potencial conflito de interesses, consulte a secção 3.3 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade* e inclua a documentação pertinente (por exemplo, estatutos, regulamento interno, política de conflitos de interesses, etc.).

Texto livre

A

Informação a fornecer pela entidade supervisionada – A entidade supervisionada deve apresentar a sua avaliação sobre quanto tempo é expectável que a pessoa nomeada dedique ao exercício do cargo (devendo a disponibilidade exigida por cargos semelhantes na instituição, em entidades similares do grupo ou em outras entidades supervisionadas²⁸ ser tomada em conta para efeitos de comparação entre pares).

Ao fornecer estas informações, a entidade supervisionada tem de considerar os fatores enunciados nas Orientações EBA/GL/2017/12²⁹.

Texto livre

B

Avaliação da disponibilidade da pessoa nomeada³⁰

Texto livre

C

A autoridade competente autorizou o exercício de um cargo suplementar de administrador não executivo (artigo 91.º, n.º 6, da CRD)?

- Sim
 Não
 Não aplicável

Se tiver selecionado "Sim", indique a autoridade competente em causa.

Texto livre

²⁸ Ver [Report on declared time commitment of non-executive directors in the SSM](#), agosto de 2019. Embora contenha informação valiosa sobre a atual situação, este relatório não prescreve requisitos ou expectativas prudenciais e os valores que apresenta não põem em causa o princípio da proporcionalidade ou o método de avaliação caso a caso descrito no *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

²⁹ Consultar as regras enunciadas no título III, secção 4, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

³⁰ Consultar as regras enunciadas no título III, secção 4, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

D

Lista de cargos de administrador executivo e não executivo e outras atividades profissionais					
	Entidade (indique se as entidades são sociedades cotadas)	País	Descrição da atividade da entidade	Dimensão da entidade ³¹ (em milhões de euros)	Cargo na entidade
Cargo para o qual este questionário é preenchido	Texto livre	Texto livre	Texto livre	Texto livre	<input type="checkbox"/> Cargo executivo <input type="checkbox"/> Cargo não executivo <input type="checkbox"/> Titular de função essencial <input type="checkbox"/> Gerente de sucursal <input type="checkbox"/> Outras atividades ³²
Todos os outros cargos de administrador e/ou outras atividades³³					

	Contagem privilegiada (artigo 91.º, n.º 4, da CRD) ³⁴ ou não contagem ³⁵	Responsabilidades adicionais (tais como a participação em comissões, presidência de órgãos, etc.)	Disponibilidade de tempo por ano (em dias) ³⁶	Duração do mandato (data de início e de termo)	Número de reuniões por ano ³⁷	Informações ou observações adicionais
Cargo para o qual este questionário é preenchido	<input type="checkbox"/> Sim, faz parte de um grupo <input type="checkbox"/> Sim, faz parte de um sistema de proteção institucional <input type="checkbox"/> Sim, detém uma participação qualificada <input type="checkbox"/> Não, nem faz parte de qualquer	Texto livre	Número	Texto livre	Número	Texto livre

³¹ Por exemplo, no que respeita a uma entidade financeira, dados de fim de exercício relativos ao total de ativos ou, para outras entidades, dados relativos ao total de volume de negócios e à presença internacional.

³² "Outras atividades" incluem ensino, trabalho caritativo, o exercício de uma profissão diferente de um cargo de administrador, etc.

³³ É necessário preencher uma linha separada para cada cargo de administrador e/ou outra atividade.

³⁴ A contagem privilegiada aplica-se aos cargos de administrador exercidos no mesmo grupo, em instituições que fazem parte do mesmo sistema de proteção institucional e em empresas em que a instituição detém uma participação qualificada.

³⁵ A não contagem aplica-se a cargos de administrador em organizações que não têm objetivos essencialmente comerciais e a cargos em representação do Estado.

³⁶ Inclua o tempo necessário para comparecer a reuniões do órgão de administração, desempenhar responsabilidades adicionais como (mas não só) membro de comissões, fazer formação, preparar e dar seguimento a reuniões, bem como a margem de tempo para lidar com crises, etc.

³⁷ Reuniões do órgão de administração e de comissões do mesmo, assim como quaisquer outras reuniões em que a pessoa nomeada participará devido ao seu cargo.

	grupo ou sistema de proteção institucional, nem detém uma participação qualificada <input type="checkbox"/> Não contagem					
Todos os outros cargos de administrador e/ou outras atividades³⁸						

E

Número total de cargos de administrador executivo, caso seja aplicada a contagem privilegiada³⁹ e não sejam contadas⁴⁰ as exceções⁴¹

Texto livre

F

Número total de cargos de administrador não executivo, caso seja aplicada a contagem privilegiada e não sejam contadas as exceções⁴²

Texto livre

G

Se for aplicada a contagem privilegiada, forneça pormenores sobre quaisquer sinergias existentes entre as entidades em causa que justifiquem uma sobreposição do tempo despendido nos cargos desempenhados em cada uma dessas entidades.

Texto livre

³⁸ É necessário preencher uma linha separada para cada cargo de administrador e/ou outra atividade.

³⁹ Ver a secção 3.4.3.1 do *Guia para as avaliações da adequação e idoneidade*.

⁴⁰ Em conformidade com as regras enunciadas no título III, secção 5, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

⁴¹ Tal como enunciado no título III, secção 5, ponto 57, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

⁴² Em conformidade com as regras enunciadas no título III, secção 5, das Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções essenciais (EBA/GL/2017/12).

H

Tempo total em termos de dias por ano despendido em todos os cargos, para além e acima do cargo para o qual este questionário é preenchido ⁴³	Texto livre
--	-------------

⁴³ Não inclua a disponibilidade para o exercício do cargo na entidade supervisionada para o qual este questionário é preenchido (dado que esse tempo é registado atrás na secção A).

7

Adequação coletiva

A preencher pela entidade supervisionada, se a nomeação for para membro do órgão de administração.

A	
A entidade supervisionada está sujeita a requisitos nacionais ⁴⁴ em matéria de diversidade de género?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se "Sim", ao proceder a esta nomeação, a entidade supervisionada cumpre os requisitos nacionais em matéria de diversidade de género?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

B	
Ao proceder a esta nomeação, a entidade supervisionada atua em consonância com os seus objetivos ou regras a nível interno em termos de diversidade de género entre os membros do seu órgão de administração?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não existem objetivos ou regras a nível interno nesta matéria

C	
Ao proceder a esta nomeação, a entidade supervisionada atua em consonância com os seus princípios internos de diversidade em outros aspetos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não aplicável/não existem tais princípios internos

D	
Descreva em que medida a pessoa nomeada contribui para a adequação coletiva do órgão de administração. Além do que precede, explique em termos gerais as insuficiências identificadas na composição coletiva do órgão de administração e em que medida a pessoa nomeada contribui para sanar algumas ou todas essas insuficiências.	
Texto livre	

⁴⁴ [Se aplicável] Nos termos do artigo XX.º da [lei nacional].

E

Lista de membros do órgão de administração (se aplicável)

Nome próprio, apelido	Cargo(s) (membro do órgão de administração na sua função de gestão; presidente do órgão de administração na sua função de gestão; vice-presidente do órgão de administração na sua função de gestão; diretor executivo (<i>Chief Executive Officer</i> – CEO); vice-diretor executivo; diretor financeiro (<i>Chief Financial Officer</i> – CFO); diretor de riscos (<i>Chief Risk Officer</i> – CRO); membro do órgão de administração na sua função de fiscalização; presidente do órgão de administração na sua função de fiscalização; vice-presidente do órgão de administração na sua função de fiscalização)	Data da nomeação ou da recondução	Principais áreas de competência e especialidade ou nas quais fez formação (banca e mercados financeiros; requisitos legais e enquadramento regulamentar; prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; planeamento estratégico e conhecimentos sobre a estratégia comercial ou o plano de negócios de uma instituição de crédito e a execução dos mesmos; gestão do risco (identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação dos principais tipos de riscos de uma instituição de crédito); riscos climáticos e ambientais; contabilidade e auditoria; avaliação da eficácia dos mecanismos de uma instituição de crédito para assegurar procedimentos eficazes de governação, fiscalização e controlo; interpretação da informação financeira de uma instituição de crédito, identificação das principais questões, com base nesses dados, e dos controlos e medidas apropriados; seguros; tecnologias de informação; recursos humanos; outra)
Texto livre	Texto livre	(AAAA-MM-DD)	Texto livre

A

Outras informações que a pessoa nomeada ou a entidade supervisionada considerem relevantes para a avaliação

Texto livre

B

Proceda ao carregamento dos seguintes documentos (se aplicável)

- Certificado de registo criminal
- Atas do órgão de administração respeitantes à nomeação (versão preliminar, se ainda não estiver disponível uma versão final)
- Atas da comissão de nomeação (versão preliminar, se ainda não estiver disponível uma versão final), quaisquer outras atas respeitantes à nomeação e/ou outros registos de avaliações da adequação realizadas na entidade supervisionada
- Cópia do documento de identificação/passaporte
- Relatórios de adequação (individual e coletiva, no caso de funções desempenhadas num órgão colegial)
- Curriculum vitae*
- Política de conflitos de interesses
- Política de diversidade
- Outros documentos (em conformidade com as especificidades nacionais)

9 Declaração sobre a proteção da privacidade nas avaliações da adequação e idoneidade

A **declaração de privacidade** estabelece a base jurídica e especifica como são tratados dados pessoais pelo BCE. O BCE trata dados pessoais no âmbito dos pedidos de avaliação da adequação e idoneidade, a fim de avaliar a adequação da pessoa nomeada para o cargo.

A apresentação deste questionário devidamente preenchido equivale ao reconhecimento de que leu e entendeu a declaração de privacidade.

© Banco Central Europeu, 2022

Endereço postal 60640 Frankfurt am Main, Alemanha
Telefone +49 69 1344 0
Sítio Web www.bankingsupervision.europa.eu

Todos os direitos reservados. A reprodução para fins pedagógicos e não comerciais é permitida, desde que a fonte esteja identificada.

Para uma definição da terminologia utilizada, consultar o [glossário do Mecanismo Único de Supervisão](#) (disponível apenas em inglês).

Portugal

Especificidades Nacionais

Função para a qual se solicita autorização	
Inglês	Língua do Estado Membro
<input type="checkbox"/> Chairman of the management body	<input type="checkbox"/> Presidente não executivo do Conselho de Administração
<input type="checkbox"/> Deputy-chairman of the management body	<input type="checkbox"/> Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração
<input type="checkbox"/> Member of the management body in its management function	<input type="checkbox"/> Vogal executivo do Conselho de Administração <input type="checkbox"/> Vogal do Conselho de Administração Executivo
<input type="checkbox"/> Member of the management body in its supervisory function	<input type="checkbox"/> Vogal não executivo do Conselho de Administração
<input type="checkbox"/> Alternate member of the management body in its management function	<input type="checkbox"/> Suplente do Conselho de Administração <input type="checkbox"/> Suplente do Conselho de Administração Executivo
<input type="checkbox"/> Chief Executive Officer	<input type="checkbox"/> Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração <input type="checkbox"/> Presidente executivo do Conselho de Administração <input type="checkbox"/> Presidente do Conselho de Administração Executivo
<input type="checkbox"/> Chairman of the management body in its supervisory function	<input type="checkbox"/> Presidente do Conselho Fiscal <input type="checkbox"/> Presidente da Comissão de Auditoria <input type="checkbox"/> Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
<input type="checkbox"/> Member of the management body in its supervisory function	<input type="checkbox"/> Vogal do Conselho Fiscal <input type="checkbox"/> Vogal da Comissão de Auditoria <input type="checkbox"/> Vogal do Conselho Geral e de Supervisão
<input type="checkbox"/> Alternate member of the management body in its supervisory function	<input type="checkbox"/> Suplente do Conselho Fiscal <input type="checkbox"/> Suplente da Comissão de Auditoria <input type="checkbox"/> Suplente do Conselho Geral e de Supervisão
<input type="checkbox"/> Head of the internal audit function	<input type="checkbox"/> Responsável pela função de auditoria interna
<input type="checkbox"/> Head of the risk management function	<input type="checkbox"/> Responsável pela função de gestão de riscos
<input type="checkbox"/> Head of the compliance function	<input type="checkbox"/> Responsável pela função de conformidade
<input type="checkbox"/> Manager of a foreign branch	<input type="checkbox"/> Gerente de sucursal estrangeira



Secção do questionário a que a especificidade nacional diz respeito	Especificidade nacional	Resposta
Tipo de autorização	Autorização prévia à designação?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
1. Identificação da instituição requerente e do candidato	A instituição em causa integra o Setor Público Empresarial, nos termos constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	Condicional. Se a resposta à questão 4 for negativa, então não é necessário responder a esta questão. Em caso afirmativo, indique a morada, telefone, fax e endereço de correio eletrónico	
	Outra autoridade de supervisão financeira nacional à qual a Instituição Requerente está sujeita:	<input type="checkbox"/> ASF <input type="checkbox"/> CMVM
	Número de identificação fiscal	
	Autorização do Candidato para que as comunicações a promover pelo Banco de Portugal sejam efetuadas através de telefone, de fax ou de correio eletrónico, para os contactos acima referidos	
	Se a resposta à questão C for negativa, então não é necessário responder a esta questão. Em caso afirmativo, as autorizações ou registos do candidato no setor financeiro, atuais ou passados, incluíram avaliação sobre a idoneidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2. Função para a qual se solicita autorização	O Candidato exercerá o cargo em conselho de administração como nomeado nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, indique a pessoa coletiva que o/a nomeou:
	O Candidato exercerá o cargo em órgão de fiscalização em representação de uma sociedade (SROC ou outra)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, indique a sociedade que representa.
	Pelouro (áreas concretas sob responsabilidade do Candidato)	
	Indicação dos comités que se prevê que o Candidato venha a integrar em resultado do exercício das funções para as quais se solicita autorização	



	Em caso de recondução, o pedido de autorização para o exercício de funções foi apresentado no prazo estabelecido no artigo 5.º, n.º 3 da Instrução?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso a resposta seja negativa, indicar a razão:
	Indicar a natureza do vínculo do Candidato com a Instituição Requerente (mandato, contrato de trabalho, prestação de serviços ou outro)	
3. Idoneidade	<p>Nesta questão, também deve incluir informação caso:</p> <p>a) alguma vez tenha sido proibido, por autoridade judicial, autoridade de supervisão, ordem profissional ou organismo com funções análogas, de agir na qualidade de administrador ou gerente de uma sociedade civil ou comercial ou de nela desempenhar funções;</p> <p>b) se encontrem em curso ou concluídos processos administrativos, processos criminais ou ações cíveis que possam ter um impacto significativo sobre a sua solidez financeira ou existem outras circunstâncias desta natureza a atender;</p> <p>c) existam processos judiciais, bem como processos de contraordenação intentados pelo Banco de Portugal, pela CMVM, pela ASF, pela Autoridade da Concorrência ou por supervisor estrangeiro, em curso ou concluídos por qualquer motivo;</p> <p>d) alguma vez tenha sido objeto de destituição judicial, ou de confirmação judicial de destituição por justa causa, como membro de órgão de administração ou fiscalização de qualquer sociedade comercial; e</p> <p>e) alguma vez tenha sido condenado, por danos causados à sociedade, a sócios, a credores sociais ou a terceiros, na qualidade de administrador, diretor ou gerente de qualquer sociedade comercial ou encontram-se em curso processos desta natureza.</p>	
	<p>Nota de rodapé à Questão C</p> <p>Processos similares incluem, mas não estão limitados, a processos de recuperação e liquidação.</p>	
6. Disponibilidade	Cargo sujeito a autorização ou registo no Banco de Portugal, CMVM, ASF ou autoridade de supervisão estrangeira	
	Relação com outras entidades onde exerce funções(caso aplicável)	
	Alguns dos cargos referidos no âmbito do processo de autorização para o exercício de funções corresponder a um cargo não executivo adicional, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 7 do RGICSF?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não



EUROPEAN CENTRAL BANK

BANKING SUPERVISION



BANCO DE PORTUGAL

EUROSISTEMA

<p>7. Adequação coletiva</p>	<p>Nota de rodapé à questão E Nos casos de renovação de mandato, esta questão não é obrigatória.</p>	
<p>Nova secção: Independência e Incompatibilidades – Membros do órgão de fiscalização</p>	<p>O Candidato está associado a qualquer grupo de interesses específicos na Instituição Requerente ou encontra-se em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão (nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique</p>
	<p>O Candidato é titular ou atua em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Instituição Requerente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>O Candidato foi eleito por mais de três mandatos, de forma contínua ou intercalada?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>No caso de ter respondido afirmativamente a alguma das questões acima, especifique.</p>	
	<p>O Candidato encontra-se em alguma das seguintes circunstâncias incompatíveis com o exercício do cargo (nos termos do artigo 414.º-A, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais):</p>	
	<p>É beneficiário de vantagens particulares da Instituição Requerente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>É membro do órgão de administração de sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 481.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, com a Instituição Requerente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>É sócio de sociedade em nome coletivo que se encontre em relação de domínio com a Instituição Requerente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
	<p>Exerce funções em empresa concorrente, atuando em representação ou por conta desta, ou está por qualquer outra forma vinculado a interesses de empresa concorrente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não No caso de ter respondido afirmativamente alguma das questões acima, especifique</p>
	<p>É cônjuge, parente ou afim na linha reta ou até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de pessoas que se encontrem em alguma das circunstâncias mencionadas anteriormente?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não No caso de ter respondido afirmativamente, especifique.</p>



	De modo direto ou indireto, presta serviços ou mantém relação comercial significativa com a instituição ou sociedade que com esta se encontre, nos termos dos artigos 481.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, em relação de domínio ou de grupo? No caso de ter respondido afirmativamente, especifique.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
	É cônjuge de pessoa que se encontre na circunstância mencionada na questão anterior?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Lista de anexos obrigatórios

Fotocópia simples do documento de identificação

Certificado de registo criminal válido e atualizado

Relatório de avaliação (individual e coletivo, quando se trate de um pedido de autorização para o exercício de funções em órgão colegial)

Matriz de apreciação coletiva do órgão de administração e/ou de fiscalização

Fotocópia simples de documento que comprove a designação da Pessoa para o cargo em apreço (caso aplicável)

Versão atualizada dos estatutos sociais da Instituição

Notas de rodapé

Nota de rodapé 6	Não existe definição de instituição supervisionada significativa nos termos da legislação nacional, mas deve incluir as instituições de crédito significativas, dependendo da sua dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da sua atividade.
Nota de rodapé 10	Nos termos do artigo 31.º do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria
Nota de rodapé 12	Nos termos do artigo 30.º-B do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.
Nota de rodapé 34	A nota de rodapé do questionário geral é substituída pela seguinte especificidade nacional: A contagem privilegiada aplica-se a cargos executivos ou não executivos em órgão de administração ou fiscalização de instituições de crédito ou outras entidades que estejam incluídas no mesmo perímetro de supervisão em base consolidada ou nas quais a instituição de crédito detenha uma participação qualificada.
Nota de rodapé 44	Nos termos do n.º 6 do artigo 30.º Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e/ou da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.